PROGNÓSTICO DE SAFRA

Algodão — sucessão de equívocos

O governo está cometendo um grave erro no caso do algodão: na abertura comercial, não é possível que se queira sacrificar um setor competitivo, como o da produção da fibra, para proteger setores que têm grandes problemas de competitividade, como é o caso, reconhecidamente, de subsetores da indústria têxtil.

O algodão continua a ser o caso mais deplorável de erros sucessivos de política agrícola. Depois de plantar 4,1 milhões de hectares, ter quadruplicado a produtividade, ter sido um grande produtor e exportador mundial, o Brasil é hoje um dos três maiores importadores da fibra. E não há argumento que convença o governo acerca dos erros cometidos com as políticas da fibra — de dar uma tarifa zero, de internalizar subsídios em massa e permitir o financiamento do produto importado a perder de vista — e com a proteção desmesurada da indústria têxtil.

Não há argumento que convença o governo acerca dos erros cometidos com as políticas da fibra e com a proteção desmesurada da indústria têxtil.

Nem mesmo argumentos convincentes sensibilizam as autoridades da área econômica do governo. Nem as perdas de 250 mil empregos diretos (0,1 emprego por hectare, em uma área abandonada de 2,5 milhões de hectares); nem a perda de 100 mil toneladas/ano de exportações. Se o governo se dispusesse a financiar, através do custeio, cerca de R$279 millhões, seria possível plantar 450 mil hectares de algodão. Nessa área, o país produziria 1,26 milhão de toneladas de algodão em caroço — o necessário para abastecer o mercado interno, recuperando-se cerca de 50 mil empregos perdidos, do total de 250 mil empregos abandonados.

Estima-se que, se isso não for feito, o Brasil realizará, todo ano, dispêndios que montam à soma astronômica de R$1.111.000.000,00; sendo R$900 milhões com a aquisição de 450 mil toneladas de algodão em pluma; R$90 milhões com a aquisição de 450 mil toneladas de farelo; R$81 milhões com a aquisição de 135 mil toneladas de óleo semi-refinado, e R$40 milhões com 100 mil toneladas de línter. Nem este argumento convence o governo de que algo tem que ser feito pelo algodão no Brasil.

São Paulo, um estado com graves problemas de desemprego rural e invasões de terras, apresenta, em 1996, uma queda de produção de 43% (uma redução de área de 30% e de 19% de rendimento). O Paraná, recordista absoluto de redução de área desde 1990, apresenta nova e espetacular redução de produção de 32% (uma redução de área de 30% e de 3% de rendimento). Diga-se de passagem que, no Paraná, de janeiro a junho deste ano, foram invadidas 12 propriedades (cerca de 10 em 1995, oito em 1994 e cinco em 1993, quando começava a crise do algodão); tudo isto ocorrendo, nada menos nada mais, no noroeste do Paraná e na região de Londrina. Nada tão espetacular.

Política suicida

A redução de área nesta safra de 1996 rompeu — para baixo, notar bem — a barreira de 1 milhão de hectares, com plantios em apenas 973,3 mil deles (21% a menos que na safra passada). As perspectivas para a próxima safra são de nova redução de área.

A comercialização da safra de 1996 até que foi razoável. No Paraná, cerca de 60% da safra já escoaram, através das vendas das cooperativas; ou a fibra se encontra nas cooperativas que fiam. Em São Paulo, apesar da safra prejudicada, restam apenas cerca de 10% para serem comercializados. Os preços, na abertura da safra, ficaram em um patamar de R$25 a R$26 por arroba, caindo depois, mas mostrando recuperação já em julho. Além desses fatores, o crédito terá uma novidade: o limite de crédito — que é de RS$150 mil para outros produtos — para o algodão é de R$300 mil (até aí vai a política de recuperação do algodão).

Os problemas passaram a ocorrer desde o desenvolvimento vegetativo em que as condições climáticas comprometeram o rendimento, principalmente em São Paulo (queda de rendimento de 18,5%) e Mato Grosso do Sul (queda de rendimento de 17,9%). Mesmo no Paraná, o rendimento teve uma queda de 3%. Apesar de ser esta uma safra *curta*, a comercialização ainda se deu com preços deprimidos. O produto nacional foi comercializado na faixa de 72 a 75 centavos por libra-peso. No Mato Grosso do Sul, o algodão foi vendido a 73 centavos. O mercado pagaria, em condições normais, um preço compatível com os preços internacionais. Tal não ocorreu, porquanto o produto importado foi vendido

por 80 centavos, com um prazo de 360 dias para pagar e juros de 6%.

Os produtores dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso estão virtualmente descapitalizados. O crédito rural parece inexistente, pois todos — produtores e agentes financeiros — estão esperando uma queda dramática de área, para que o crédito seja viabilizado com subsídios extraordinariamente elevados. A securitização beneficiou os pequenos produtores, mas não os médios e os grandes. Ao pequeno só importa o crédito — e este parece mais imprevisível do que nunca.

O Paraná deverá plantar na próxima safra cerca de 140 mil hectares, contra 197 mil nesta safra. A área de São Paulo, ainda que qualquer prognóstico seja prematuro, deverá ser de 15 a 20% menor. As notícias de outros estados ainda são escassas. Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul poderão aumentar a área, devido aos sucessos das novas variedades, como o Delta Pine, que têm garantido 250 arrobas por hectare (enquanto os estados do Paraná e São Paulo insistem nas variedades Iapar e IAC, com rendimentos que não atingem 150 arrobas por hectare).

Nenhuma outra política parece interessar ao governo no caso do algodão. Todos os pleitos que, ainda que remotamente, prejudicassem a indústria têxtil foram rechaçados. Os produtores continuam sua luta junto ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, no sentido de esclarecer o governo de que a política tarifária é absolutamente suicida para o algodão. A Confederação Nacional da Agricultura entra ainda este mês com um recurso junto ao ministro do Mict para rever a Circular nº 12 do secretário da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), que negou o direito compensatório do algodão.

Um renomado escritório de advocacia de São Paulo fez uma revisão do processo do algodão, montado pelo Decom (Departamento de Defesa Comercial), da Secex, e encontrou inúmeros defeitos na investigação das práticas de comércio desleal, por parte dos EUA, em 1993. Entre esses erros na investigação há que destacar a desconsideração de provas inequívocas de relação causal entre as exportações com subsídio para o Brasil e os danos sofridos pela cotonicultura no Paraná. Há flagrantes violações das leis brasileiras, em particular da Lei Agrícola (Lei nº 8.174), que obrigava, neste caso, a imposição dos direitos compensatórios. Esta luta está longe de terminar com a capitulação dos produtores. Falta apoio e espírito de luta, mas as organizações agrícolas irão até o fim, para que se reconheça que foram cometidos graves erros de procedimento na investigação.

MAURO DE REZENDE LOPES

ARROZ

PROGNÓSTICO DE SAFRA

Área de plantio no Sul poderá reduzir-se

À baixa rentabilidade econômica em 1996 agrega-se a confusa situação do endividamento bancário no Rio Grande do Sul, que obscurece o cenário pré-plantio no estado. Muitos agentes envolvidos na atividade apontam para uma nova redução na área de plantio gaúcha na safra 1996/97.

Por mais um ano a orizicultura gaúcha enfrenta o seu inexorável desafio: adaptar-se à competição cada vez mais difícil ou tornar-se definitivamente inviável.

Os produtores rurais chegaram a supor que 1996 pudesse ser melhor do que o difícil ano anterior em termos de comercialização, ante a efetiva redução da safra este ano. Entretanto, embora os níveis de preços em 1996 tenham sido mais atraentes que os de 1995, a total falta de financiamento para estocagem (EGF-COV — empréstimos do governo federal com opção de venda) impediu maior desenvoltura do mercado.

À baixa rentabilidade econômica em 1996 agrega-se a confusa situação de endividamento do setor orizícola, produzindo um ambiente de completo desânimo na fase de preparo do solo (final do mês de agosto) no Rio Grande do Sul. Não existem ainda levantamentos oficiais da intenção de plantio no estado, responsável por 45% da produção nacional em 1995, mas as cooperativas de produção e firmas de insumos apontam para um desaquecimento do ritmo de comercialização de fertilizantes, que normalmente a esta época do ano (julho/agosto) é bem mais